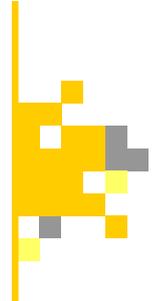


ENTREVISTA

Isabela Agostinelli dos Santos (Doutora em Relações Internacionais, Pesquisadora, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)



Sobre a entrevistada

Pesquisadora de pós-doutorado no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas” (Unesp, Unicamp, PUC-SP).

Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP. Especialista em estudos sobre Palestina/Israel, com foco na Faixa de Gaza.

Seus interesses de pesquisa incluem estudos sobre colonialismo e pós-colonialismo, violência e conflitos na sociedade internacional contemporânea, segurança internacional e estudos sobre Oriente Médio, com foco em Palestina/Israel.

ORCID: 0000-0001-9209-2683

Lattes: 9706608966844456

E-mail: isagostinellis@gmail.com

1. A guerra de narrativas, a guerra de propaganda é um componente indissociável da História das guerras. Assemelha-se ao dramático universo shakespeariano em que o cinismo, a hipocrisia, as dores, as tramas, as intrigas, a maldade humana, quem começou, quem sofreu mais e outros aspectos desfilam aos nossos olhos incrédulos. Israel leva vantagem nesta guerra em relação aos Ocidentais?

Isabela Agostinelli dos Santos – Sim, sem dúvidas o Estado de Israel tem tido apoio não somente diplomático e militar por parte das grandes potências, notadamente os EUA, e dos países Ocidentais, em especial os da União Europeia, como também da cobertura da imprensa que tem sido feita desde o 7 de outubro pela grande mídia corporativa internacional. Em geral, Israel é o lado mais forte na disputa de narrativas. O Estado israelense tem a sua própria agência governamental de relações públicas, chamada *Hasbara*, cujo objetivo é difundir externamente a propaganda israelense e seus aspectos considerados positivos. Por meio da *Hasbara*, o Estado israelense mobiliza argumentos para defender o seu direito de defesa e se blindar de críticas às suas ações repressivas e violentas contra os palestinos, tanto de Gaza quanto da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, além dos palestinos que vivem em Israel. Ademais, o Estado israelense mobiliza uma narrativa de “nós contra eles”, uma releitura da postura que o então presidente dos EUA, George W. Bush, adotou durante a guerra global ao terror após os ataques do 11 de

setembro de 2001. Israel vende uma imagem de única democracia do Oriente Médio, um bastião civilizado com valores ocidentais em uma região que seria dominada por bárbaros árabes, não-civilizados, islâmicos radicais, entre outros termos usados para classificar os palestinos como um grupo sub-humano ou até mesmo desumanizado. Com isso, Israel acaba resumindo todos os seus argumentos de direito de defesa e proteção do Estado à destruição do Hamas, ao mesmo tempo em que este próprio Estado mata civis palestinos que não têm qualquer tipo de relação com o Hamas de forma sistemática, deliberada e indiscriminada. Israel bombardeou diversos hospitais, igrejas, universidades, escolas e residências sob a justificativa de que esses espaços abrigavam bases do Hamas ou estavam em cima de túneis utilizados pelo grupo. Até hoje isso não foi confirmado como um fato verdadeiro. Logo, pode-se dizer que Israel se utiliza do Hamas como um bode expiatório para justificar as atrocidades que comete contra a população palestina em geral para cumprir o seu objetivo de limpeza étnica. Por fim, vale mencionar a maneira desonesta pela qual o Estado israelense busca se blindar de críticas feitas às suas ações brutais e mortíferas ao igualar a crítica ao governo a uma perseguição ao judeu enquanto grupo religioso e étnico. Em outras palavras, iguala-se a crítica a Israel ao antissemitismo. Os países do Ocidente, mais especificamente do Norte Global, aceitam e disseminam essa narrativa, perpetuando a islamofobia e a xenofobia contra os palestinos, tratando-os como seres desumanizados e não passíveis de comoção e de luto¹.

2. Por que o Ocidente não se sensibiliza com a situação Palestina da mesma forma com que se sensibilizou com os ataques do Hamas no dia 7 de outubro?

IAS – Além da questão midiática e da *Hasbara*, é importante identificarmos os aspectos racistas e xenofóbicos que permeiam a chamada política dos afetos. Em geral, povos não-ocidentais, particularmente os árabes e muçulmanos, não são

considerados humanos, isto é, são desprovidos de humanidade e, portanto, não passíveis de comoção. Há décadas a situação da Palestina e dos palestinos é ignorada - são longos anos de expulsão, despossessão, mortes, prisões arbitrárias e sem julgamento, destruição de casas, e tantas outras violências visíveis e invisíveis que o Estado de Israel perpetra contra os palestinos. Infelizmente, a questão palestina só vem à tona em momentos de conflito armado direto, como os ataques do Hamas e as reações altamente desproporcionais de Israel. O Ocidente em geral se sensibiliza apenas com Israel, justamente pelo Estado sionista se vender como um país democrático e com valores ocidentais, e que seria, portanto, o responsável por lutar contra a “barbárie” dos árabes e muçulmanos no Oriente Médio. A política dos afetos por parte desta grande categoria que aqui chamamos de Ocidente tem suas bases no que Edward Said² definiu e qualificou como “orientalismo”: uma visão da cultura e dos povos do Oriente Médio e da Ásia como exóticos, bárbaros, agressivos, entre tantas outras características negativas. As visões orientalistas, xenofóbicas contra árabes e islamofóbicas tiveram seu auge na guerra global ao terror, a partir de 2001, quando esse grupo foi desumanizado e enquadrado como inimigo a ser combatido e eliminado a todo e qualquer custo. Portanto, os argumentos de contraterrorismo são elementos basilares da justificativa da limpeza étnica da Palestina e do genocídio em curso em Gaza.

3. Outro aspecto importante na conjuntura atual é o posicionamento das grandes potências. Como você avalia o envolvimento norte-americano? E a China? E a Rússia? França? Alemanha?

IAS – O envolvimento dos EUA é de apoio total, incondicional e incontestável a Israel. Ambos os países têm uma “aliança especial” que começou ainda na década de 1960, quando os EUA viram em Israel um parceiro forte e estratégico na contenção do avanço das ideias socialistas encabeçadas pela URSS. Essa aliança se torna mais

forte nas décadas de 1980 e 1990 e atinge seu auge nos anos 2000, no contexto da guerra global ao terror. Tanto EUA como Israel compartilham entre si experiências de colonialismo por povoamento, além, claro, da forte presença do *lobby* israelense e sionista - não necessariamente judaico - na política doméstica estadunidense. Ademais, Israel e EUA são grandes parceiros na indústria armamentista, de forma que as relações militares são basilares desta “amizade especial” entre os países. Desde os anos 2000, Israel e EUA trocam não apenas armamentos, mas a própria expertise e tecnologias de contrainsurgência e pacificação de populações consideradas bárbaras e desumanas³.

O envolvimento da **China**, por sua vez, tem sido mais pacificador e mediador. Recentemente a China vem buscando um protagonismo nos esforços de paz no Oriente Médio, e mediou, inclusive, um acordo de normalização das relações entre Arábia Saudita e Irã, dois grandes inimigos históricos desde a revolução islâmica iraniana de 1979. A China também tem demonstrado vontade política e diplomática de iniciar um novo processo de paz entre israelenses e palestinos. Desde os eventos do 7 de outubro de 2023, o governo chinês tem buscado articulações com as potências regionais do Oriente Médio, em geral, e do Golfo Pérsico, em particular, para o fim das hostilidades, e age com base na promoção da solução de dois Estados.

Em relação à **Rússia**, pode-se dizer que Putin tem adotado uma posição ambígua, visto que mantém seus negócios e relações militares com Israel, ao mesmo tempo em que adota uma postura, pelo menos discursiva, pró-Palestina e condena os ataques terroristas do Hamas.

Por fim, **França e Alemanha** têm apoiado Israel, e apenas recentemente Macron adotou uma postura um pouco mais “crítica” ao demandar que Israel parasse de matar crianças e mulheres de Gaza. A Alemanha, por sua vez, tem equalizado críticas a Israel a ações antissemitas.

4. A forma enérgica com que Israel está agredindo a Faixa de Gaza pode acender algum tipo de antissemitismo?

IAS – Infelizmente, o antissemitismo nunca deixou de existir. Embora os argumentos sionistas para a criação de um Estado judeu se baseassem na justificativa de que a libertação dos judeus e o fim da perseguição que sofriam na Europa viriam por meio da solução nacional, isto é, da criação de um Estado nacional de maioria judaica, fato é que a criação do Estado de Israel em 1948 não significou a emancipação dos judeus, tampouco o fim do antissemitismo. Pelo contrário, recentemente temos visto a ascensão de movimentos e governos da extrema-direita ao redor do mundo com posições abertamente antissemitas. A forma como Israel age contra a população de Gaza abre margem tanto para manifestações antissemitas quanto para acusações de antissemitismo. De um lado, como respondi anteriormente, há uma equalização desonesta da crítica feita ao governo israelense a antissemitismo, isto é, não se separa o que é um Estado nacional, fundado e mantido no apartheid, do que é uma identidade e uma religião. Por outro lado, há de fato manifestações antissemitas, que adotam uma concepção preconceituosa dos judeus e os perseguem por conta de sua identidade e/ou religião. Isso deve ser combatido, afinal antissemitismo é uma forma de racismo.

5. Como você analisa a conjuntura global que, de um lado, vemos o Ocidente acusar a Rússia – uma potência – em guerra com um país mais fraco – Ucrânia – e, ao mesmo tempo, coloca-se ao lado de outra potência – Israel – que cerca um povo que nem ao menos tem um Estado. Essa situação pode levar à falência definitiva da ONU?

IAS – As reações ocidentais à invasão e ocupação russa de territórios ucranianos e as reações em relação à ocupação israelense da Palestina são contraditórias e hipócritas. De um lado, vemos um total repúdio - com razão - à invasão e ocupação russa, e de outro um apoio incondicional à ocupação militar israelense dos territórios

palestinos que ocorre desde 1967 - isso sem mencionar a limpeza étnica de 1948. A Rússia imediatamente sofreu diversas sanções ocidentais, enquanto Israel recebeu grande apoio do norte global.

Não creio que a situação atual leve à falência da ONU, que hoje é um importante fórum multilateral de discussões e negociações entre diversos países. No entanto, os limites da ONU apontam para a necessidade de reformas de sua estrutura organizacional. Por exemplo, o Conselho de Segurança da ONU é a representação da dinâmica de poder entre as grandes potências, e o poder de veto atribuído aos cinco países membros do Conselho coloca inúmeras restrições ao que a ONU pode fazer em termos práticos. As resoluções de cessar-fogo e instauração de um corredor humanitário em Gaza foram vetadas pelos EUA, por exemplo, grande parceiro de Israel. Além disso, as próprias resoluções não têm um mecanismo de *enforcement*, e dependem da “boa vontade” dos países em adotá-las.

6. Em sua opinião, a proteção Ocidental direcionada a Israel é fruto das feridas da Segunda Guerra Mundial ou uma forma de conter o crescimento dos países árabes, da Turquia e do Irã?

IAS – O apoio a Israel, principalmente por parte da Europa Ocidental, aparece, em certa medida, como uma forma diminuir a culpa pelo Holocausto, mas não diria que este é o motivo central do apoio. As relações comerciais materiais, principalmente baseadas na indústria militar, de países europeus e dos EUA com Israel são o ponto forte que fazem Israel se perpetuar enquanto um Estado fundado no racismo e na expansão colonial às custas da expulsão e eliminação da população nativa palestina. Além disso, Israel é um grande instrumento dos interesses geopolíticos energéticos - em particular no que se refere ao acesso a petróleo - dos EUA e alguns países europeus no Oriente Médio, funcionando como parceiro estratégico militar na região.

Em relação aos países árabes, pode-se dizer que

eles mesmos têm abandonado a luta por autodeterminação nacional palestina. Com os Acordos de Abraão, assinados em 2020 e mediados pelo ex-presidente estadunidense Donald Trump, alguns países árabes, como Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Marrocos e Sudão, normalizaram as suas relações diplomáticas e comerciais com Israel. Portanto, em termos de Estados árabes, pouco há de se esperar em relação a um apoio material à causa palestina. No máximo vemos condenações discursivas e votações em resoluções da ONU, mas sem medidas concretas para o fim da colonização, da ocupação e do apartheid israelense.

A Turquia tem adotado uma posição crítica a Israel, com o presidente Erdogan classificando as ações israelenses contra Gaza como desumanas e uma punição coletiva. Desde o 7 de outubro e as ações brutais de Israel, as negociações de uma aproximação maior com a Turquia foram paralisadas.

Por fim, o Irã é potência regional com relações próximas à Rússia, e que desde 1979 adotou uma postura de defesa da causa palestina, embora mobilizando-a mais como um contraponto a Israel e apoiando, inclusive financeiramente, grupos de resistência armada, como o palestino Hamas, o libanês Hezbollah e o iemenita Houthis.

7. Como avaliar a participação dos atores regionais neste conflito? Irã? Arábia Saudita, Egito e Qatar?

IAS – Os países da região pouco têm feito para avançar perspectivas de paz. No máximo, vemos uma tentativa do Egito de abrir a fronteira no sul de Gaza para a passagem de ajuda humanitária. É até curioso que o Egito, sendo um Estado soberano, dependa da permissão dos israelenses para a circulação de pessoas e produtos para dentro e fora de Gaza. Desde 2013, com a chegada de Al-Sisi ao poder no Egito, o país tem adotado uma postura combativa ao Hamas, além de recrudescer o controle fronteiriço em Gaza em uma espécie de coordenação da política securitária com Israel.

A Arábia Saudita, por sua vez, estava em um processo de negociação para normalizar relações com Israel, processo mediado pela China. Desde o 7 de outubro, as negociações foram paralisadas, e a Arábia Saudita inclusive foi um dos poucos Estados árabes que emitiu uma nota repudiando os ataques brutais israelenses e defendendo a solução de dois Estados para o fim do "conflito" entre palestinos e israelenses.

O Irã também tem sido um ator importante na região, uma potência regional que tem evitado o confronto direto com os israelenses. Não há qualquer perspectiva de uma guerra regional. O Irã tem se aproximado da Arábia Saudita, o que aponta para uma reorganização das relações de poder na região.

Por fim, o Qatar é um Estado que tem sido pouco estudado e analisado quando falamos de Palestina/Israel. Este pequeno país do Golfo tem recentemente adotado uma posição de mediador de acordos de cessar-fogo entre Hamas e Israel. O Qatar também tem financiado, em parte, o Hamas, e principalmente mandado ajuda humanitária para Gaza via organizações da sociedade civil, como a Sociedade do Crescente Vermelho do Qatar. Além disso, o Qatar não apoia as ações consideradas terroristas do Hamas, e advoga uma solução pacífica e diplomática para o fim das hostilidades.

8. Por que o conflito entre Israel e Palestina está longe de um desfecho positivo?

IAS – Em primeiro lugar, porque em geral não se adota uma compreensão das raízes das relações entre israelenses e palestinos, relação esta que é fundamental, essencial e estruturalmente de ordem colonial. Estamos falando de um processo histórico de colonialismo por povoamento sionista, que não começou nem terminou com a criação do Estado de Israel em 1948. Estamos falando de uma ocupação militar israelense dos territórios palestinos de Gaza e da Cisjordânia. Estamos falando de um regime de apartheid, que trata os palestinos como cidadãos de segunda classe, com constantes violações de seus direitos humanos. Em outras palavras, trata-se de um processo histórico

de colonialismo, ocupação militar e expulsão da população nativa palestina de suas terras desde o final do século XIX.

O não reconhecimento das causas centrais e estruturais da Questão Palestina/Israel faz com que não haja debates de propostas factíveis e justas para a libertação e autodeterminação nacional dos palestinos. Argumenta-se que o processo de paz que resultou nos Acordos de Oslo (1993-95) foi uma tentativa de levar paz a palestinos e israelenses, mas os resultados materiais desse processo de paz apenas institucionalizaram o controle de Israel sobre o espaço, a população e os recursos da Palestina, bem como consolidaram a fragmentação social, política e territorial dos palestinos.

Além disso, o Estado de Israel continua se colocando no papel de vítima, que apenas reage quando é atacado por grupos considerados terroristas, como é o caso do Hamas. Israel continua violando diversas leis do direito internacional humanitário e não cumpre qualquer resolução da ONU. Mais do que isso, Israel continua expandindo sua dominação colonial, principalmente na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, com o número crescente de assentamentos/colônias israelenses, mas também em Gaza, onde a dominação colonial é agora feita à distância, por controle remoto, a partir da dominação sobre a infraestrutura e recursos básicos, como água, alimento e eletricidade.

Notas

¹Sobre o tema da política dos afetos e da dimensão desigual da comoção e luto públicos, ver: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

³Sobre o lobby israelense nos EUA, recomendo: MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and US Foreign Policy**. London: Penguin, 2008.

Sobre a aliança entre Israel e EUA, indico: BEININ, J. The US-Israeli Alliance. *In*: BENIN, J.; HADDAD, B.; SEIKALY, S. **A Critical Political Economy of the Middle East and North Africa**. Stanford: Stanford University Press, 2021.

Sobre as relações militares entre EUA e Israel, recomendo: GRAHAM, S.; BAKER, A. Laboratories of pacification and permanent war: Israeli-US collaboration in the global making of policing. *In*: HÖNKE, J.; MÜLLER, M-M. **The global making of policing**: postcolonial perspectives. Oxon: Routledge, 2016.

Entrevistadores:

José Renato Ferraz da Silveira e
George Leonardo Seabra Coelho